

Vera Lúcia Nogueira e Luciano Mendes de Faria Filho*

Escolarização, trabalho e cidadania: a educação de adultos no Brasil no século XIX.

R E S U M O

O artigo apresenta um estudo sobre as iniciativas públicas e particulares de instrução e educação de adultos desenvolvidas por meio de aulas noturnas, nas províncias brasileiras em variados espaços de sociabilidades, a partir da segunda metade do século XIX. Tomando como fontes, jornais da época, Anais da Assembleia Legislativa Provincial, Mensagens dos presidentes de província, relatórios de inspeção das escolas, disponíveis no Arquivo Público Mineiro e na Hemeroteca Digital Brasileira, buscou-se apreender os repertórios utilizados pelos diferentes sujeitos que disponibilizaram à população marginalizada da sociedade brasileira variados espaços culturais de sociabilidades nos quais se desenvolviam as iniciativas de instrução e educação. Constatou-se que os cidadãos brasileiros construíram um quadro de estratégias de socialização para transformar os costumes, os comportamentos e a mentalidade da população pobre adulta, livre, liberta, ingênua e escravizada, com propósito de civilizá-la e, bem assim, inseri-la num projeto mais amplo de construção de uma nação moderna.

Palavras-chave: Educação de adultos; cidadania; Escolarização; Império brasileiro.

A B S T R A C T

This article presents a study of public and private initiatives of adults education and instruction, developed through night classes, in varied spaces the sociability network of Brazilian provinces, which dates from the second half of the nineteenth century. Taking as sources, newspapers of the Annals of the Legislative Assembly Provincial, province residents messages, schools inspection reports, all of which are available in Brazilian Digital Periodicals of Minas Gerais Public File. We attempted to incorporate the repertoires used by different subject which promised to marginalized Brazilian population, varied cultural spaces of sociability network in which developed the initiatives and education, instruction. It was found that Brazilian citizens have built a framework of strategies of socialization to transform the traditions, behaviors and the mentality of the poor adult population, free, naive or slaved, with purpose to civilize them, as well as inserting them the broader project of building a modern nation.

Keywords: Adult education; Citizenship; Schooling; Brazilian empire.

Introdução

Os historiadores da educação brasileira têm lançado um olhar cada vez mais arguto para as diversas experiências educativas que tiveram lugar em nosso território ao longo dos últimos 500 anos. Investimento advindo tanto do enriquecimento e amadurecimento da área, com a introdução

* **Vera Lúcia Nogueira**, Professora do Departamento de Fundamentos Sócio-históricos e Filosóficos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)./ **Luciano Mendes de Faria Filho**, Professor Titular da FaE/UFMG. Diretor do Centro de Pesquisa, Memória e Documentação.

de novos aportes teóricos e metodológicos, quanto do crescente intercâmbio científico acadêmico com seus pares estrangeiros favorecido pela realização de pesquisas em rede e pela participação em congressos internacionais¹. A coleção sobre a história da educação brasileira, lançada sob os auspícios da Sociedade Brasileira de História da Educação, e hoje já com doze tomos, é disso uma demonstração cabal².

Um dos períodos que as pesquisas recentes³ sobre a História da Educação mais nos ajudam a conhecer é o chamado período imperial, que vai da Proclamação da Independência do Brasil (1822) à Proclamação da República (1889). Esse interregno, durante muitos anos acabou relegado a um segundo plano no interesse dos investigadores brasileiros, em boa parte porque sobre ele recaia o vaticínio de ter sido, no entendimento do sociólogo e um dos principais interpretes do Brasil, Fernando Azevedo⁴, um longo hiato de mais de 150 anos entre a expulsão dos Jesuítas (1759) e a renovação da educação brasileira empreendida pelos reformadores dos anos de 1920, entre os quais ele próprio estava incluído.

O investimento dos historiadores da educação por essa temática no Brasil oitocentista tem evidenciado, nas últimas décadas, um movimento crescente de releitura, de descoberta, ou de reinterpretção das diferentes iniciativas desenvolvidas nesse período, por parte de diferentes agentes sociais que, inspirados, principalmente, pelas ideias iluministas, atuavam no sentido de difundir o progresso espiritual da população brasileira. Esse movimento, empreendido sobretudo a partir da última década do século passado, nos revelou um período denso de discussões e de realizações no campo educacional, afinal, longe de significar um deserto de realizações, foi nele que se assentaram boa parte dos fundamentos do que veio a ser a escola brasileira do século XX, seja em seus aspectos conceituais, seja no campo político, cultural, científico ou religioso⁵.

O que se percebe, no entanto, é que, embora o esforço investigativo dos historiadores tenha aumentado consideravelmente, há ainda muitos aspectos das experiências educacionais e escolares desse período que ficaram praticamente intocados pelas pesquisas e que vêm sendo sistematicamente apontados, como na coletânea de textos sobre a instrução e a educação nas províncias e na Corte, organizada por José Gonçalves Gondra e Omar Schneider e que faz parte da Coleção anteriormente aludida⁶. Essa coletânea, tem sido considerada um estado da arte da produção sobre a educação do período, possibilitando a realização de uma revisão das interpretações sobre a escola imperial. Além de evidenciar a renovação da abordagem historiográfica, por meio de temas e elaboração metodológica diversa, a Coleção destaca, ainda, os principais conceitos utilizados nas investigações, bem como as principais referências teóricas, os grupos de pesquisa que têm se dedicado ao período

¹ Especialmente a Conferência Internacional Permanente para a História da Educação (ISCHE), o Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (COLUBHE) e o Congresso Ibero-Americano de História da Educação (CHIELA).

² Trata-se da Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil, publicada pela Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, sob a responsabilidade editorial da Sociedade Brasileira de História da Educação - SBHE.

³ A Coleção supracitada permite um mapeamento do conjunto representativo dessas pesquisas e, em especial, daquelas que se voltam para o período histórico aqui contemplado. Destaca-se também a divulgação dos resultados das pesquisas pelo Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista- GHENO, por meio das coletâneas Temas Sobre a Instrução no Brasil Imperial (1822-1889), organizada por Antônio Carlos Ferreira Pinheiro e Cristiano Ferronato, em 2008; e o segundo volume com título semelhante, organizado, em 2014, por Jean Carlo de Carvalho Costa, Mauricéia Ananias e Rose Mary de Souza Araújo.

⁴ Sobre este assunto, ver Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira* (Rio de Janeiro: IBGE, 1943).

⁵ Essa discussão encontra-se em: Luciano Mendes de Faria Filho, "A instrução elementar no século XIX" in *500 anos de educação no Brasil*, Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cynthia Greive Veiga (Belo Horizonte: Autêntica, 2010, 4ª Ed.) e José Gonçalves Gondra, Alessandra Schueler, *Educação, poder e sociedade no império brasileiro* (São Paulo: Cortes, 2008).

⁶ José Gonçalves Gondra; Omar Schneider, *Educação e instrução nas províncias e na Corte Imperial (Brasil, 1822-1889)* (Vitória: EDUFES, 2011, Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil)

em questão, a profusão de fontes utilizadas, e ainda as principais lacunas a serem preenchidas por novas investigações e estudos. Sobre essas lacunas, André Luiz Paulilo⁷ afirma que:

[...] reconhece-se o pouco que foi feito para se compreender, por exemplo, as relações entre as práticas prescritas e a atuação dos agentes do processo de escolarização; as táticas das populações consideradas escolarizáveis e as estratégias governamentais; a escolarização, a maçonaria e o ensino laico; e as relações das famílias e tutores com a questão da formação (*Grifos nossos*)⁸.

Uma das dimensões pouco estudadas no período é, sem dúvida, a escolarização⁹ da população adulta brasileira. A esse respeito, até recentemente pesava, além da concepção de vazio educacional no Império, de Fernando Azevedo, anteriormente mencionada, a tese consagrada pela historiografia educacional brasileira segunda a qual a educação de adultos no Brasil havia se desenvolvido, de fato, apenas após a década de 1930, pois antes disso ela “não se distinguia especialmente dentro da problemática mais geral da Educação Popular”¹⁰.

A discussão proposta neste artigo intenta, assim, contribuir para avançarmos no conhecimento relativo às ações dos agentes do processo de escolarização dos adultos, no século XIX, no Brasil, e jogar algumas luzes nas dimensões da escola brasileira que, ainda hoje, desafia nosso entendimento e nossos esforços para oferecer uma educação de qualidade para todos os cidadãos do país.¹¹

A escolarização na primeira metade do século XIX: da formação do cidadão à formação do trabalhador.

Segundo trabalho recente de Faria Filho, Chamon e Inácio, no Brasil, nas primeiras décadas do período imperial, a ligação entre civilização, progresso da nação¹² e avanço da instrução, perpassava os discursos dos estadistas, e “a escola começava a ser apontada como agente ordenador da população”¹³. Nesse período, existia por parte da elite dirigente¹⁴ que atuava na construção do estado nacional uma

⁷ André Luiz Paulilo, “Resenha: Educação e instrução nas províncias e na Corte Imperial (Brasil, 1822-1889)”, *Revista brasileira de história da educação* (Campinas: SP, v. 12, n. 3 (30), set./dez. 2012), 235-241 (disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/rbhe.2013.011> - consultada em 12/09/2013).

⁸ *Ibidem*, 239.

⁹ A escolarização está aqui sendo compreendida estritamente como o “estabelecimento de processos e políticas concernentes à ‘organização’ de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados”. Cf. Luciano Mendes de Faria Filho, Marilaine Soares Inácio, Walquíria Miranda Rosa. “O método mútuo e a formação docente no Brasil no Século XIX: A qualificação da escola e a desqualificação do trabalho docente”, *Revista Educação em Foco* (Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF). Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/apresentacao-revista-educacao-em-foco/edicoes-anteriores-2/ano-2002/historia-da-educacao-setembro-2002fev-2003/> - consultado em: 16/07/2016), 2.

¹⁰ Vanilda Pereira Paiva, *Educação popular e educação de adultos*. (São Paulo: Loyola, 3ª Ed., 1985), 159.

¹¹ Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pelas estatísticas oficiais brasileiras, há, hoje, no Brasil, quase 15 milhões brasileiros acima de 15 anos que são analfabetos.

¹² Nação, ao longo do texto, refere-se à construção (simbólica) de uma comunidade imaginária que mobiliza os múltiplos pertencimentos, as múltiplas identidades, dos sujeitos – territorial, linguístico, cultural, política, sobretudo – e busca dar-lhe direções e sentidos únicos ou, pelo menos, controlados. Por isso mesmo, o sentido de nação está sempre em disputa e, sobretudo no século XIX, em se tratando das várias Províncias e de suas relações no interior do Império Brasileiro, jamais foi estável. Ver, a respeito desse tema, o livro de Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*. (São Paulo. Cia das Letras), 2008.

¹³ Luciano Mendes de Faria Filho, Carla Simone Chamon, Marilaine Soares Inácio, “Instruir sem incluir”, *Revista de História da Biblioteca Nacional* (120, 45-50, 2015), p.20.

¹⁴ Estamos utilizando o termo “elite” na acepção ampla de Miriam Dolnikoff, como referência aos indivíduos que, no Brasil imperial, passaram “a se responsabilizar pela preservação do próprio Estado, mantendo profundos laços na

crença no progresso da sociedade e na importância da formação e da civilização do povo. Para essa elite, a educação e a instrução seriam, entre outros, alicerces da vida civilizada e fatores de progresso social. Nesse sentido, uma das tarefas reclamada como primordial era a organização da instrução pública elementar que, intimamente relacionada com a construção de uma nação civilizada, deveria, também, se estender a um número cada vez maior de pessoas¹⁵.

No entanto, para essas, o “caráter autoritário e excludente da nação que se queria construir acabava por deixar claros os limites da inclusão”¹⁶, o que se evidenciava pela forma como a relação entre a instrução e o mundo do trabalho era compreendida pela elite brasileira daquele momento, conforme anunciava o articulista do jornal mineiro *O Universal*:

O problema, pois, que há para resolver é: Como se poderá generalizar uma boa educação elementar, sem grandes despesas do Governo, e sem que se tire as classes trabalhadoras o tempo, que é necessário que empreguem nos diferentes ramos de suas respectivas ocupações?¹⁷

Além dos custos, a preocupação com a garantia da conservação do tempo do trabalho se justifica em função da característica da sociedade brasileira que, com uma população diferenciada do ponto de vista social e racial, se sustentava pelo regime escravista¹⁸. Desse modo, o que se apresenta nesse cenário é um quadro de escolarização que, embora marcado pela precariedade, diversidade e intermitência, constava do repertório discursivo moderno do projeto de construção da nação empreendido pela intelectualidade brasileira, a partir da década de 30 do Oitocentos, no Rio de Janeiro, sede do poder político e econômico do país.

Nesse sentido, as iniciativas de escolarização dos adultos mobilizaram um conjunto de experiências criadas e mantidas por distintas forças políticas, vinculadas não somente ao Estado como também à igreja e à sociedade civil¹⁹, que se desenvolveram no interior de associações científicas, literárias e filantrópicas que tomaram como missão a instrução das camadas pobres da população. Essas associações surgiram no âmbito da sociedade civil com objetivo de contribuir, ao lado das ações governamentais, para a civilização da população, por meio da difusão da cultura escrita e disseminação das luzes. Seja de modo associado ou concorrente elas instituíram debates e estabeleceram medidas concretas no sentido de promover e manter projetos ligados à educação e à construção da nação.

organização socioeconômica da província, mas também comprometendo-se com a unidade e o Estado nacionais”. Miriam Dolnikoff, “Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista”, *Almanack braziliense* (n. 1 maio 2005) 80-92 (disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11606> - consultado em: 13/07/2016). Quanto ao termo “elite dirigente” o utilizamos na perspectiva de José Murilo de Carvalho ao referir-se a um grupo de políticos, cuja principal característica era o caráter hegemônico em termos de treinamento e formação escolar recebida, principalmente na Universidade de Coimbra e, posteriormente, nas Faculdades de Direito do país, que assumiu os postos de comando e de poder no momento histórico da construção das bases da nação brasileira. José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. A elite política imperial*. (Rio de Janeiro: Campus, 1980)

¹⁵ *Ibidem*, 21

¹⁶ *Idem*, 22.

¹⁷ *O Universal* (18/ 07/1825)

¹⁸ É fundamental considerar que o Brasil foi o último país da América e um dos últimos do mundo a abolir o regime de escravidão. Questionada desde os tempos coloniais, as pressões externas e internas, bem como a restrição ao tráfico, em 1850, foram decisivas para pôr fim ao regime em 1888.

¹⁹ Referimo-nos à criação de escolas, bibliotecas, teatros, sessões de leituras, publicação de periódicos e realização de conferências etc. voltadas para a “iluminação” das camadas pobres da população brasileira, considerada como um dos requisitos de inserção do país no rol das nações ditas civilizadas. A crença no poder da instrução e da educação população se expressava por meio, especialmente, da imprensa periódica, dos discursos proferidos pelos políticos que ocupavam os cargos da administração pública, bem como dos grupos ligados às associações, igreja e maçonaria.

A defesa da difusão da educação à população pobre tornou-se, dessa forma, preocupação de grupos distintos da sociedade brasileira, tais como os proprietários de fábricas, membros das associações, professores das escolas públicas e professores particulares, advogados, donos de comércios, periodicistas, políticos, cléricos, membros da maçonaria, entre outros. Se, por um lado, a educação da parcela abastada se garantia pelos estudos realizados com preceptores e na Europa, a maioria da população brasileira dependia das iniciativas de particulares ou dos governos provinciais²⁰ aos quais competia, desde o estabelecimento do Ato Adicional de 1834²¹, a organização do ensino elementar e secundário.

Embora ao Governo Central coubesse a responsabilidade pela educação superior e pelos demais níveis na província do Rio de Janeiro e, em especial, na Corte, a descentralização não conseguiu diminuir a influência de sua política nas demais províncias do Império, mantendo, assim, o seu “papel de centro criador e difusor de ideias e de um projeto consistente de sociedade e estado” no qual a instrução pública cumpriria a função primordial de formar o cidadão da nação em construção²².

O que os nossos estudos têm evidenciado, e que vamos apresentar na sequência, é que ao longo do século XIX as iniciativas que surgem timidamente a partir da década de trinta do Oitocentos, se intensificam após a segunda metade desse século, atingindo o auge na última década²³. Para isso, vamos nos deter na análise das iniciativas voltadas para a escolarização dos adultos em algumas das principais províncias brasileiras²⁴.

As primeiras iniciativas de escolarização de adultos

A primeira tentativa de se instituir aulas noturnas para a escolarização dos adultos no Brasil surgiu na Sede do Poder Central, por força do Decreto de n. 1331 A, de 17 de fevereiro de 1854²⁵, responsável pela reforma do ensino primário e secundário na Corte. Na regulamentação do referido Decreto, estabeleceu-se:

²⁰ O Brasil imperial dividia-se em vinte províncias.

²¹ Ato que promoveu a descentralização administrativa no Brasil estabelecendo as competências das províncias e do Governo Central. Arquivo Público Mineiro (APM), Lei n. 40, de 03 de outubro de 1834. Dá regimento aos presidentes da província, e extingue o conselho da presidência, *Coleção de Leis e Decretos*, 1866.

²² André Paulo Castanha, “Pedagogia da Moralidade: o estado e a organização da Instrução Pública na província de Mato Grosso” (Diss. Mestrado em Educação, Instituto de Educação/UFMT, Mato Grosso, 1999), 62.

²³ Essa intensificação está relacionada com as grandes alterações socioeconômicas e políticas das últimas décadas do século XIX. Destacam-se as medidas relativas à proibição do tráfico de escravos (1850), ao término da Guerra do Paraguai (1864-1870), à reforma eleitoral (1881) e à abolição da escravidão (1888). Em síntese, a primeira e a última intensificam as preocupações com a questão do trabalho e da formação do trabalhador, a segunda possibilita ao governo imperial voltar-se para as questões internas que preocupavam a nação, entre as quais a instrução popular, e, por fim, reforçando tais preocupações, a restrição do voto dos analfabetos. Antes da Reforma, o voto era direto, censitário e determinado pela renda anual, excluindo-se os não cidadãos: homens com menos de 25 anos, os pobres livres, as mulheres, os soldados, os índios e os escravos. Após a reforma continuou a ser censitário, porém ampliou a restrição incorporando as pessoas analfabetas, ainda que cumprissem as demais exigências.

²⁴ São aqui consideradas quatro entre as dez províncias denominadas de primeira grandeza, no período imperial, em função de sua importância política: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia; e Alagoas, uma das dez de segunda grandeza. Essa denominação foi herdada do período em que o sistema de administração criado pelo Rei D. João III, de Portugal, em 1534, dividia o território brasileiro em grandes faixas distribuídas à nobreza portuguesa para serem colonizadas, exploradas e administradas, em caráter de hereditariedade que foi abolido em 1759. As Capitânicas, que existiram até 1821, foram extintas dando origem às províncias. Contudo, a classificação acabou sendo transposta para as províncias, com poucas alterações, permanecendo até o final do Império, em 1889.

²⁵ Arquivo Público Mineiro (APM), Decreto n. 1. 331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte, *Coleção de Leis e Decretos*, 1854.

Quando uma escola do segundo grau tiver dois professores, serão estes obrigados alternadamente por mês ou por ano, a ensinar matérias de instrução primária duas vezes por semana, nas horas que lhes ficarem livres, ainda que sejam em domingos e dias santos, aos adultos que para esse fim se lhes apresentarem²⁶.

Por meio desse instrumento, o ensino primário dos adultos foi imposto como obrigação aos professores públicos, no entanto, foi preciso esperar por mais de duas décadas para que os adultos se tornassem, de fato, sujeitos da atenção dos poderes políticos de todas as províncias, visto a falta de êxito do referido Decreto.

No âmbito da Sede do Governo Central, a iniciativa exitosa partiu de uma importante associação civil que, preocupada com os interesses da indústria brasileira, propôs a criação de uma escola noturna para seus trabalhadores no interior de suas dependências. Trata-se da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN, que se instituiu como órgão científico e consultivo do Império, na primeira metade do século XIX, no município do Rio de Janeiro, tendo como uma de suas preocupações a divulgação de conhecimentos científicos. Com declarada inspiração positivista, diferentemente das demais associações criadas no país, se propôs a conhecer, explorar e dominar os elementos naturais do país de modo a promover o progresso da nação brasileira, tendo como uma de suas finalidades a promoção do melhoramento e da prosperidade da indústria brasileira.

O Instituto se tornara referência na construção de um projeto sistematizado de construção da história e da identidade da nação brasileira, reunindo para isso, em seu interior, uma elite letrada responsável por definir as bases desse projeto. Instituição pioneira, de inspiração iluminista, congregou nesse espaço de sociabilidades homens das ciências, das letras, fazendeiros, funcionários públicos, letrados, profissionais liberais, políticos de relevância no Império, dentre outros, se assemelhando às instituições congêneres do continente europeu que se expandiram a partir do século XVII e durante o século XVIII, com intuito de levar as luzes da razão a todos os povos e civilizar as nações²⁷. Em seu projeto educativo contou com a realização de exposições, a criação de uma biblioteca, o lançamento de um periódico mensal²⁸ e a criação de escolas.

Nesse sentido, determinada a promover o desenvolvimento da atividade industrial no país e, em especial, a formação de uma mão de obra qualificada, após a proibição do tráfico de escravos, em 1850, a SAIN decidiu ampliar os seus objetivos passando a atuar no sentido de promover “a melhoria do processo produtivo de uma maneira geral, introduzindo inovações técnicas que promoviam tanto a produção agrícola quanto a industrial”²⁹. Para alcançar tal propósito, investiu na qualificação dos trabalhadores de modo a torná-los capazes de desempenhar as funções necessárias ao crescimento da indústria, mobilizando para isso a formação profissional e a instrução elementar. Para realizar a formação dos trabalhadores organizou, em 1838, uma Escola Agrícola onde se ensinariam as doutrinas industriais e se explicariam os princípios sobre o quais elas se baseavam³⁰.

Percebendo a dificuldade dos adultos analfabetos em compreenderem esses ensinamentos, os membros da Associação decidiram, mais tarde, em 1867, fundar também uma escola de instrução primária noturna para ensinar a ler e a escrever aos adultos. Embora a escola tenha sido fundada

²⁶ *Ibidem*, 59

²⁷ Manoel Luis Lima Salgado Guimarães, “Nação e Civilização nos Trópicos...”.

²⁸ O jornal “O Auxiliador da Indústria Nacional”, editado no período de 1833 a 1892, se tornou a maior fonte de textos avulsos escritos referentes às artes e ciências industriais no país.

²⁹ Jussara França de Azevedo, “Discursos e ideias: a gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil.”, 24.

³⁰ Sobre a História da Educação Profissional no Brasil ver: Silvia Maria Manfredi, *Educação profissional no Brasil* (São Paulo: Cortez, 2002) ou: Luiz Antônio Cunha, *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata* (São Paulo: UNESP, 2000)

nesse ano, somente foi inaugurada em 1871, chegando a funcionar até por volta de 1892. De acordo com o pensamento de seu criador, Joaquim Antônio de Azevedo, também compartilhado por tantos outros beneméritos imperiais, a instrução era um dos primeiros passos rumo à organização da sociedade e à modernização da produção industrial. Nessa perspectiva, cumpriria sua função de aperfeiçoamento moral, intelectual e técnico dos analfabetos e na melhoria da própria sociedade, contribuindo com o progresso da indústria, com a paz social e com a civilização da nação.

Outra associação que também atuou na formação dos trabalhadores, na Província do Rio de Janeiro, por meio da escolarização noturna, foi a Sociedade Reunião dos Expositores da Indústria Nacional. Em seus Estatutos, aprovados pelo Governo Imperial em 1867, previa ações voltadas para a preparação para o trabalho e difusão do ensino como forma de contribuir para o adiantamento intelectual e moral dos trabalhadores. Para isso, criou cursos noturnos de instrução primária e secundária, fundou um museu industrial e uma biblioteca, realizou diversas exposições anuais de produtos industriais³¹.

As experiências anteriores foram desenvolvidas no âmbito da iniciativa privada e se voltaram para a instrução primária e, também, para a formação profissional dos trabalhadores, no entanto, nossas pesquisas têm procurado conhecer, especificamente, aquelas que se detinham apenas no ensino das primeiras letras. Nessa direção, destacam-se as experiências promovidas pela maçonaria, principalmente, na província de São Paulo.

Nessa província, a maçonaria deflagrou uma grande campanha pela instrução do povo, sendo as primeiras de que se tem notícias, a criar escolas ou aulas noturnas especialmente para a alfabetização de adultos, trabalhadores livres ou escravos³². A exemplo, destacamos a Escola Noturna da Loja América, inaugurada em abril de 1869. Considerada um grande exemplo que se abria em prol do ensino popular, e uma “consagração do fecundíssimo dogma da democracia: instruir o povo e fazê-lo livre, eliminar-lhe a consciência para emancipá-lo da escravidão política”, a iniciativa foi descrita como um belo apostolado, inaugurado pelo Núcleo maçônico e digno de merecer os aplausos e a “coadjuvação dos amigos da regeneração da sociedade brasileira”³³. O sucesso dessa iniciativa pode ser contabilizado pelas matrículas recebidas ao final de treze dias de funcionamento, quando passou de 24 alunos para 48, sendo 41 brasileiros, cinco portugueses, um africano e um alemão³⁴. A presença dos cativos nas escolas noturnas não encontrava, entretanto, consenso entre a população, como se pode depreender da defesa que o articulista do jornal Correio Paulistano fez do projeto da Loja América: “nessas aulas se ensina a ler aos escravos, ainda dizem os inimigos encarniçados da instrução; é verdade, mas com o consentimento de seus senhores; e quem poderá impedir este ato? Que imoralidade, e desrespeito às leis há aqui?”³⁵.

A partir da década de 1870, desencadeou-se no Brasil um movimento de escolarização de natureza diversa daquele que se verificou na primeira metade do período imperial estimulado, provavelmente, pelas alterações socioeconômicas verificadas no país e pela difusão de uma nova cultura, democrática e científica, cujas ideias renovavam profundamente a mentalidade dos brasileiros que viam no vocabulário *república*³⁶ as possibilidades de alcance da liberdade e do tão

³¹ Almir Pita Freitas Filho, José Maria dos Reis, José Hermida Pazos, “Fabricantes de instrumentos científicos no Brasil, séculos XIX e XX”, *Heera, FJF* (v. 6, n. 10 Jan-Jun, 2011) 138-159.

³² A primeira Carta Constitucional brasileira, de 1824, proibiu a matrícula de escravos nas aulas públicas, o que não os impedia, entretanto, de frequentar aulas particulares. Esse impedimento legal manteve-se ao longo do período imperial em, praticamente, todas as vinte províncias do país.

³³ Correio Paulistano (Anno XVI, n. 3868, 9/05/1869), 2.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ Correio Paulistano (Anno XVI, n. 3868, 9/05/1869), 2.

³⁶ Data desse ano o lançamento do Manifesto Republicano pelos republicanos paulistas dando início à constituição do Partido, bem como a uma intensa e obstinada campanha de combate às instituições monárquicas no Brasil.

sonhado progresso da nação. O investimento na criação de aulas e escolas noturnas se intensificou mobilizando, tanto os governos provinciais quanto indivíduos e grupos sociais distintos em, praticamente, todas as províncias do Império.

No âmbito do Governo Central, a preocupação com a necessidade de se investir na disseminação das escolas para o povo, de modo a acompanhar a marcha da civilização da nações, ganha destaque no discurso do Ministro do Império, João Alfredo Corrêa de Oliveira, que reconhece:

Não temos infelizmente acompanhado o grande movimento da civilização moderna em relação à instrução pública. Quase estacionária tem-se esta conservado entre nós, ao passo que se empenham todos os esforços e nenhum sacrifício se poupa para dar-lhe o mais amplo desenvolvimento nos países onde se tem compreendido toda a sua importância, refletindo-se que ela não só eleva o indivíduo pelo aperfeiçoamento de suas faculdades moraes, como é o mais poderoso elemento de engrandecimento e prosperidade nacional, e condição essencial do exercício regular das instituições livres³⁷.

A importância da escolarização da população como elemento civilizatório e necessário ao desenvolvimento do país pode ser mais bem compreendida à luz do Censo de 1872: em todo o Império, em uma população livre de 1.563.078, apenas 18,6% sabia ler, excluindo-se a população abaixo de cinco anos, o percentual de analfabetos chegava a 77,4% da população brasileira³⁸.

Outro fator importante para se considerar no incremento das iniciativas de escolarização dos adultos está relacionado à presença da luta emancipacionista e abolicionista nas diversas províncias do país, envolvendo políticos dos partidos conservador e liberal, propagandistas da república, professores, estudantes, comerciantes, donos de jornais, enfim, pessoas e instituições que lutavam pelo fim da escravidão e pela necessidade de se preparar a população para as novas relações sociais e de trabalho.

A escolarização dos adultos a partir dos anos 70 do século XIX

Com o aumento do contingente de indivíduos livres e libertos³⁹ na sociedade brasileira demandava-se a construção de novos projetos de controle social para os quais a educação também se colocava como importante elemento. A preocupação com a instrução dos adultos se insere num contexto de amplos e fervorosos debates provocados pelas medidas legais que iam sendo implementadas no país, desde a metade do século XIX e que culminaram com o fim da escravidão, em 1888⁴⁰.

Em meio a esses debates, o Governo Imperial tentou, novamente, induzir o processo de escolarização de adultos determinando a criação de cursos noturnos nas escolas públicas de instrução primária da Corte⁴¹. Ao relatar as ações do Ministério dos Negócios do Império, Carlos Leôncio de

³⁷ Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do anno de 1870 apresentado à Assembleia Geral na 3ª sessão da 14ª legislatura*. Publicado em 1871. Ministério do Império, Brasil, 9 (disponível em: <http://brazil.crl.edu> - consultado em 12/09/2013)

³⁸ Sidnei Chalhou, “População e Sociedade” In *A Construção Nacional – 1830-1889*. José Murilo de Carvalho (Fundación MAPFRE: Ed. Objetiva, Vol. 2, 2012), 45-46.

³⁹ Esse aumento deve-se à sanção da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida no Brasil como “Lei do Ventre Livre”, que concedeu liberdade aos filhos das mulheres escravas e conferiu aos cativos o direito de constituir pecúlio para, inclusive, comprar sua própria alforria. Outra medida importante foi a lei conhecida como “dos Sexagenários” cuja principal determinação foi a concessão de liberdade aos escravos maiores de 60 anos de idade. *Lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885*. Regula a extinção gradual do elemento servil. (disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66550> – consultada em 14/07/2016)

⁴⁰ A extinção da escravidão foi determinada pela conhecida “Lei Aurea”. *Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888*. Declara extinta a escravidão no Brasil. (disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM3353.htm - consultada em 16/07/2016)

⁴¹ Tal medida se deu pelo Decreto n. 7031-A de 6 de setembro de 1878. Cria cursos nocturnos para adultos nas escolas publicas de instrução primaria do 1º gráo do sexo masculino do municipio da Côte (disponível em <http://www2.camara.leg.br/> - consultada em 16/04/2013)

Carvalho destacou que essas viriam a “preencher uma lacuna há muito sentida na organização do ensino elementar”, sobre a qual não poderia haver opiniões divergentes, afinal o entendimento era de que:

[...] no seio dos povos livres nada há de tão digno de compaixão como o adulto analfabeto, isto é, o homem que, adiantado na vida física, mas completamente alheio às evoluções da vida moral, está separado da comunhão social pelo negro abismo da ignorância. Sabemos todos que a magna aspiração das sociedades modernas consiste principalmente em alargar, quanto possível, o círculo de seus associados, pela igualdade no exercício dos direitos e no cumprimento dos deveres. Como, porém, realizar tão nobre aspiração, sem que a noção d'esses direitos e deveres haja penetrado mais ou menos profundamente a consciência e a razão de todos? Como garantir um direito a quem não saber exercer, e impor uma obrigação a quem não pode cumprir? Foi atendendo a estas considerações que empreendi e levei a efeito a criação dos mencionados cursos⁴².

O apelo à compaixão pelo adulto analfabeto, de certo, mobilizou os cidadãos que, imbuídos do vocabulário da filantropia moderna, investiram na criação de aulas noturnas, derramando as luzes aos desfavorecidos da fortuna, nas mais variadas províncias do país. Ideias como essas permeavam o pensamento da intelectualidade brasileira que se dedicava a alçar o país no rol das nações civilizadas tendo como horizonte o ideário da modernidade europeia e norte-americana. Desse ideário faziam parte o trabalho livre, o progresso industrial e tecnológico, o aperfeiçoamento das instituições, o crescimento e urbanização das cidades e a aquisição de direitos civis e políticos, entre outros⁴³.

O Ministro reconhecia a principal característica da expansão da escolarização que, ao privilegiar as crianças deixava o adulto analfabeto fora da rota da civilização num momento em que a cidadania reclamava pela participação de todos:

Faz-se mister, portanto, ao lado das escolas destinadas a infância, promover a criação de cursos para o ensino primário dos adultos analfabetos, e esta necessidade assume uma importância particular quando se trata da realização de uma reforma como a do sistema eleitoral, para cujo êxito poderosamente contribuirá o desenvolvimento da instrução popular⁴⁴.

A expectativa de homogeneização cultural⁴⁵ a ser promovida pela escola faria a reforma dos costumes e dos espíritos pela difusão das letras, promovendo o aperfeiçoamento moral, técnico e político da nação, principalmente, em vista da proximidade da reforma eleitoral no país. A referida reforma, levada a termo em 1881⁴⁶, ao restringir o voto aos analfabetos, deslocou a questão da cidadania do âmbito da esfera econômica e política para a esfera educacional, colocando de vez a temática da educação do adulto no centro dos debates e das preocupações mais gerais da sociedade brasileira.

Para o êxito do projeto regenerador, o Governo Imperial conclamou às demais províncias a investir nessa ideia. Entretanto, antes mesmo dessa iniciativa do Governo Central, as elites letradas das demais províncias, tendo a filantropia como uma das formas de sociabilidade intelectual, já

⁴² Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1870 apresentado à Assembleia Geral na 3ª sessão da 14ª legislatura*, 62. (disponível em: <http://brazil.crl.edu> – consultado em 12/09/13)

⁴³ Sidnei Chalhoub, Ob. cit.

⁴⁴ Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira... 62.

⁴⁵ Esperava-se que a escola atuasse como instrumento de padronização cultural promovendo uma alteração nos costumes e comportamentos da população pobre, branca, negra e mestiça, considerada a partir de sua representação como grupo não civilizado. Para uma discussão sobre essa questão à luz das ideias de Norbert Elias ver: Cynthia Greive Veiga. *Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial*. *Rev. Bras. Educ.*, (Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, dez. 2008) p. 502-516 (disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-4782008000300007&lng=en&nrm=iso – consultado em 14/07/2016)

⁴⁶ Promovida pelo Decreto n. 3029 de 09 de janeiro de 1881 (Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/> - consultado em 28/01/2015)

vinham promovendo, voluntariamente, a criação de aulas ou de escolas noturnas. A filantropia moderna, de fins do século XIX, ao romper com a forma da caridade tradicional abandona as ações de alívio temporário dos pobres e se lança à busca de soluções duradouras para os problemas sociais por meio da investigação, da denúncia, do combate às suas causas e da defesa de ações efetivas que pudessem alavancar o progresso moral da população pobre⁴⁷.

As iniciativas de escolarização dos adultos desenvolvidas nas províncias brasileiras podem ser compreendidas, ao lado da criação de bibliotecas, conferências e teatros, como parte de um projeto de engajamento social que mobilizou a elite letrada que se identificava com o discurso ilustrado de construção do bem-estar e do progresso da nação.

A escolarização dos adultos nas províncias brasileiras a partir de 1870

Uma das forças sociais mais atuantes na escolarização dos adultos, na província de Minas Gerais, foram as sociedades políticas, literárias e/ou filantrópicas. Apesar de não convergirem na sua forma de atuação, tais entidades acomunavam nos propósitos de agir sobre a população de forma a instituir um padrão universal de moral e costumes, dito civilizado, por meio da imprensa, da criação de bibliotecas, do teatro, de conferências e da escola⁴⁸.

A primeira referência, nesse caso, data de março de 1872, quando a Sociedade Propagadora da Instrução, na Capital da província, Ouro Preto, criou uma aula noturna e um gabinete de leitura aberto à população. A Sociedade recebia subsídios da administração provincial para a manutenção dessas atividades. Sua relevância em Minas Gerais pode ser dimensionada considerando que a sua instalação contou com a participação exclusiva da maior autoridade da província, o Presidente da Província, Dr. Joaquim Pires Machado Portela⁴⁹ e, ainda, por ter sido implementada antes mesmo da regulamentação da escolarização de adultos, nesta província, que ocorreu com o Regulamento nº 62 de 11 de abril de 1872⁵⁰. As aulas noturnas deveriam ser criadas, não somente na Capital, Ouro Preto, como também em cada sede de comarca, exigindo-se a frequência de mínima de vinte e de quinze alunos, respectivamente

Regulamentada as aulas noturnas, outras instituições, com semelhante atuação podem ser aqui mencionadas, como a Associação Propagadora da Instrução, em 1873. A Sociedade Protetora da Infância Desvalida, na cidade de Boa Esperança, cujo presidente e professor era o cônego Bernardo Hygino Dias Coelho⁵¹, e, na cidade de Baependy, o Club Dramático Baependiano. Todas mantinham aulas noturnas exclusivamente para adultos, sendo que esse último noticiava a frequência, em 1874, de nada menos do que quarenta alunos⁵².

No âmbito da atuação individual, havia cursos noturnos funcionando na cidade de Três Pontas, no Collégio do Vigário Francisco de Paula Victor e, destacando-se pelo público privilegiado, na cidade de Campanha, as aulas do professor Zeferino Dias Ferras da Luz, “frequentada quase

⁴⁷ Anne Monier, «De la philanthropie en démocratie», *La Vie des idées* (4 février, 2013, ISSN:2105-3030) (disponível em: <http://www.laviedesidees.fr/De-la-philanthropie-en-democratie.html> - consultado em 5/08/2014).

⁴⁸ Um aprofundamento das iniciativas da província mineira encontra-se em: Vera Lúcia Nogueira, “As escolas noturnas da província mineira nos anos 70 e 80 do século XIX”, *VII Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais*, Brasil, 04 a 06 de setembro, 2013 (Universidade Federal de Ouro Preto – Instituto de Ciências Humanas e Sociais).

⁴⁹ *Jornal Noticiador de Minas: órgão conservador*, Anno V, n. 415, p. 2. Todos os jornais referenciados neste texto pertencem ao acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. (disponibilizado em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>)

⁵⁰ Regulamento n. 62 de 11 de abril de 1872. Reorganiza a Instrução Pública da Província. Coleção das Leis da Assembleia Legislativa da Província de Minas Geraes de 1872 (Ouro Preto. Typ., de J.F. de Paula Castro, 1873)

⁵¹ *Almanach Sul-Mineiro* (Ed. 0001, 1874), 214

⁵² *Almanach Sul-Mineiro* (Ed. 0001, 1874), 396

que exclusivamente por escravos”⁵³. Esse professor também ministrava aulas de instrução moral e religiosa para os presos da cadeia pública dessa cidade, no ano de 1874. Na cidade de Leopoldina, o professor particular Antônio Francisco Assis Góes, se colocou à disposição do Governo da província para criar uma aula noturna para adultos e menores, pela quantia mensal de 500 réis. Para abertura de aulas particulares era necessária apenas uma autorização formal do Governo da província, fato que, quase sempre, ocorria acompanhado de menções de louvor aos professores, considerados pela administração e pela imprensa periódica como beneméritos, reiterando o caráter de voluntariedade que, em muitos casos, acompanhava as iniciativas dos particulares na instrução de adultos.

O número de aulas noturnas aumentou, significativamente na província de Minas Gerais, no final do século XIX. De acordo com o relatório anual da Inspetoria Geral de Instrução Pública de Ouro Preto⁵⁴, em 1885, Minas Gerais contava com um total de 1.477 cadeiras de instrução primária distribuídas da seguinte forma: 24% localizadas em cidades e vilas, 56% em freguesias e 20% em distritos e povoados. Desse total, 57% eram para o sexo masculino, 40% para o sexo feminino e 3% eram cadeiras mistas. As cadeiras noturnas correspondiam a 2,4% do total, ou seja, a 35 cadeiras masculinas.

No âmbito da Província do Rio de Janeiro, o êxito das escolas noturnas da Corte não se garantiu pelas medidas do Governo Central e adotadas como modelo nas demais províncias, pois, apenas um ano depois da publicação do Decreto de Leôncio de Carvalho, isto é, em 1879, o Governo, alegando falta de verbas determinou o fechamento de todos os cursos noturnos públicos: “este fato foi relatado pelo inspetor da instrução, Barão Homem de Mello, em maio de 1880, contando o fechamento de 16 cursos que funcionavam em escolas públicas cuja frequência era de 300 alunos”⁵⁵. Entretanto, vários professores dispuseram-se a continuar com as aulas, por conta própria até que, em 1881, eles cobraram do Governo o pagamento das gratificações e das subvenções. De acordo com após esses acontecimentos, o governo determinou maior fiscalização no uso das verbas públicas para evitar possíveis fraudes: “As subvenções voltam a ser concedidas por aviso do ministério do Império, de 4 de outubro de 1881, com a ressalva de não se deixar livre ao arbítrio dos professores a abertura dos cursos”⁵⁶.

Segundo Ana Luiza Jesus da Costa⁵⁷, no ano de 1882, houve um movimento de expansão dos cursos noturnos públicos, estimulado pelo Inspetor Geral de Instrução. Em 1883, somente os cursos criados nas áreas urbanas ou pelas associações e sociedades obtinham êxito naquela Província, tais como aqueles mantidos pelo Imperial Lycêo de Artes e Offícios e Lyceo Literário Portuguez e pelas Sociedades Auxiliadora da Indústria Nacional, Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagoa e Associação Promotora da Instrução. Nesse ano, os relatórios ministeriais apontaram, segundo a autora, a existência de nove cursos noturnos, sendo três em escolas públicas, dois promovidos pela Câmara Municipal e quatro promovidos por associações. Em 1886 este número cai para seis, quatro cursos público e dois particulares subsidiados. As iniciativas foram se reduzindo de modo que no ano de 1888, havia apenas um único curso em atividade, que era o da Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagoa.

⁵³ A proibição da matrícula de escravos nas escolas públicas, em Minas Gerais, data de 1835, quando foi publicada a Lei provincial n. 13 de 28 de março.

⁵⁴ Registro de mapas de (1885) Instrução Primária (APM) *Códice - IP 178*: Rascunhos de ofícios enviados pela Inspetoria geral da Instrução Pública à presidência da província: pedidos de remoção, licenças, fechamento e abertura de cadeiras, recursos para compra de livros, utensílios etc.

⁵⁵ Ana Luiza Jesus da Costa, “As escolas noturnas da Corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889)”, *Educação e Sociedade* (vol.32, n.º 114, Campinas, Jan./Mar. 2011), 53-68 (Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> - consultado em 21/08/2012), 18.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ *Idem*.

Na Província de São Paulo, como nas demais, a escolarização dos adultos foi assumida por associações e particulares. Uma das entidades coletivas paulistas foi a Associação Propagadora da Instrução Popular, cujas aulas noturnas parecer ter sido exitosas, pois, após três anos de funcionamento, um jornal divulgava a realização dos exames públicos de uma de suas turmas, destacando a existência de “lugares reservados para senhoras” que desejassem acompanhá-los⁵⁸. Vale destacar que, em toda a documentação consultada, a matrícula nos cursos noturnos do país era franqueada somente ao público masculino. O convite, nesse caso, era apenas para acompanhar a realização dos exames, certamente, de familiares do sexo masculino. Atuou também na escolarização dos adultos, a Associação Litteraria União e Progresso, da Villa do Rio Novo que, sob a presidência de Manoel Marcelino de Souza Franco, criou uma biblioteca e aulas noturnas para “proveito da classe que não dispõe dos recursos pecuniários”⁵⁹. Na década de 1880, o Club Científico e Literário manteve, entre 1882 e 1885, uma escola noturna para alfabetização de adultos e crianças.

Em várias províncias temos nos deparado com iniciativas particulares que não se voltavam apenas para o ensino elementar, como a aula noturna, da cidade de São Paulo, destinada aos trabalhadores do comércio, “que muito poderiam aproveitar da escola cuja hora apropriada não os distrairia de suas ocupações”, oferecida por um professor que se comprometia a ensinar o sistema métrico, escrituração mercantil e caligrafia⁶⁰. Já o professor Luiz Sudi oferecia aulas noturnas gratuitas de primeiras letras para adultos e adolescentes, ou “a todos que quiserem dela aproveitar, sem distinção de nacionalidade, idade ou cor”, todas as terças, quintas e sábados das 7 às 9 horas da noite”. Também ministrava, “mediante módica retribuição, das 5 horas da tarde em diante, e das 7 horas todos os dias úteis”, aulas de “italiano, francês, espanhol e português”⁶¹. Em 1873, o oficial de carpinteiro, Luiz Augusto de Campos Mello, abriu uma aula noturna, na qual se achavam matriculados dez alunos com idades variando de 8, 14 a 30 anos e dois menores “os quaes têm apresentado muito adiantamento”⁶².

Também como ocorria nas demais províncias, as iniciativas dos professores particulares eram muito louvadas pela imprensa periódica como sendo um ato de benemerência, de filantropia. Além disso, os próprios jornais concorriam para a circulação e difusão desse comportamento, tido como modelar, pelo país, ao reproduzir em seus veículos as notícias de outros periódicos⁶³.

A matéria do jornal “Correio Paulistano” da cidade de Taubaté, é exemplar como agente difusora desse modelo. Ao divulgar a abertura da aula noturna de ensino gratuito do jovem professor público, Antônio José Garcia, da Freguesia do Tremembé, o fez com as seguintes palavras: “ninguém mais que nós deve levantar gritos de júbilo e saudação aos” evangelizadores das turbas”, aqueles que com a “mais invejável abnegação e desinteresse oferecem o alimento intelectual aos desfavorecidos dele”. De acordo com o articulista do jornal, essa iniciativa partia de um dos mais devotados professores públicos do município que oferecia “o pão da inteligência aos moradores daquele lugar”. Carregando na tinta, concluiu: “dizemos-lhe animados com a fé e a coragem daqueles primeiros heroes e martyres do christianismo: avante mancebo, que a pátria vos será reconhecida”⁶⁴.

⁵⁸ Correio Paulistano: Folha Liberal, noticiosa, industrial e litteraria (Anno XXII, n. 5761, terça-feira, 21/12/1875), 1

⁵⁹ Correio Paulistano (Anno XXV, n. 6.626, quinta-feira 19/12/1878), 2.

⁶⁰ Correio Paulistano (Anno XIX, n. 4858, 26/10/1872), 2.

⁶¹ Correio Paulistano (Anno XXV, n.6541, domingo 01/09/1878),4.

⁶² Correio Paulistano (Anno XXII, ed 5830, 1876), 2.

⁶³ Uma discussão sobre o papel da filantropia na educação dos adultos no Brasil pode ser encontrada em: Vera Lúcia Nogueira, “Filantropia e educação de adultos livres, libertos e escravos na província de Minas Gerais (1870-1880)” in *População negra, escravismo e educação no Brasil séculos XIX e XX* (Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015, v.1) 123 -150.

⁶⁴ Correio Paulistano (Anno XIX, n. 4636, 23/01/1872)

Matéria com conotação semelhante foi a que divulgou, em 1872, a iniciativa de dois professores particulares na cidade de Mogy das Cruzes: “congratulando-nos com os autores do notável serviço prestado à causa sacralíssima da instrução popular, que quer dizer – emancipação popular”. As aulas destinavam-se não só aos menores e adultos do sexo masculino, “como ainda aos homens cativos que para frequentá-la, hajam obtido licença por escrito de seus senhores”, que deveriam arcar com o custeio da mesma entre os respectivos fundadores. No ato de instalação matricularam-se nove alunos, ao final do mês havia 27 alunos, com idades entre dez a quarenta anos, e a expectativa era de ampliar esse número: “é de esperar que em breve mais crescido seja o número de alunos, pois que a par deste melhoramento muitos outros poderão aparecer⁶⁵.”

No ano seguinte, outras iniciativas particulares na cidade de Campinas foram amplamente divulgadas pela imprensa, com a mesma representação. Uma de professor particular e a outra, que aqui merece atenção, da Associação Promotora da Instrução, sob os cuidados do professor Manoel da Luz Cintra e outra, da Oficina Maçônica Fidelidade, sob a responsabilidade do professor Balthazar da Silva Carneiro. As duas iniciativas foram realçadas, da seguinte forma: “Honra à philantropia particular, que assim multiplica o pão do espirito ao povo! ”. Conclamando à sociedade campinense fez um apelo aos patrões e senhores: “a todo aquele que tiver em seu serviço, empregados que precisem aprender a ler e a escrever, determinando-os à instruírem-se pelo método nas primeiras letras, para o que a aula noturna lhes abre gratuitamente⁶⁶.”

Em 1883, a cidade de Sorocaba, na província de São Paulo, registrava a existência da escola noturna, de Manoel José da Fonseca, proprietário da Fábrica Nossa Senhora da Ponte, criada no ano anterior. A presença dos proprietários de fábricas na escolarização tanto de criança quanto de adultos, em escolas noturnas, não era novidade no Brasil oitocentista, como vimos constatando em nossas pesquisas.

Como já mencionado, a presença da maçonaria na escolarização dos adultos é algo que merece um aprofundamento em vista da recorrência de sua atuação, destacada em algumas pesquisas e constatada em nossos estudos. Jorge Luis Cammarano González e Wilson Sandano chamam a atenção para o pioneirismo da maçonaria, também na cidade de Sorocaba⁶⁷: “*A primeira iniciativa foi da Loja Perseverança III em 1870, que organizou aulas noturnas de primeiras letras gratuitas para os moradores; no entanto, não foi duradoura*”. Outra experiência destacada pela imprensa, em dezembro de 1876, foi a instalação de uma aula noturna regida, gratuitamente, por um dos membros da Loja Maçônica, Sr. Alberto Carlos Ferreira de Araújo, com funcionamento às segundas, quartas e sextas-feiras⁶⁸. As aulas noturnas da Loja Maçônica Independência tiveram seus exames divulgados, em dezembro de 1877. Dirigido pelo professor Bento Cunha, esses foram considerados satisfatórios revelando adiantamento por parte dos alunos, assim discriminados: livres, 115; escravos, 16; solteiros, 129; casados, 2; artistas, 46; caixeiros, 5; empregados, 12; serviços domésticos, 12; carroceiros, 2; jornaleiros de um empregado de agência⁶⁹. Essas informações são muito importantes, pois nos permitem uma aproximação empírica dos sujeitos que frequentavam as aulas noturnas no século XIX. São raros os documentos que trazem dados dos seus alunos, o que nos deixa com grandes lacunas na construção da história da educação dos adultos no país. Normalmente, verificamos apenas o registro da quantidade das matrículas, algumas vezes as idades e, praticamente nada sobre a questão étnica ou racial.

⁶⁵ Correio Paulistano (Anno XIX, n. 4703, Sábado, 20/04/1872), 2.

⁶⁶ Correio Paulistano (Anno XX, n. 4917, 9 de janeiro de 1873) 1

⁶⁷ Jorge Luis Cammarano González, Wilson Sandano, “A Escola em Sorocaba no Século XIX”, *Revista HISTEDBR On-line* (Campinas, n.23, p. 32 – 45, set. 2006), 41.

⁶⁸ Correio Paulistano: Folha Liberal, noticiosa, industrial e litteraria (Anno XXIII, n. 6034, terça-feira, 5 de dezembro de 1876), 1

⁶⁹ Correio Paulistano: Folha Liberal, noticiosa, industrial e litteraria (Anno XXIV, n. 6343, quinta-feira, 27/12/1877, 1.

Os dados que obtivemos acerca da escolarização dos adultos na Província da Bahia nos colocam diante de uma tensão muito grande entre os anseios da população baiana e as medidas da administração para diminuição dos gastos públicos. No relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 1871, podemos acompanhar o movimento de criação e posterior fechamento das escolas noturnas no final do século. No momento do entusiasmo com a causa da instrução dos adultos, segundo o Relatório do Presidente João Antônio de Araújo Freitas Henrique, foi necessária a divisão da escola noturna do Curato da Sé, criada em 13 de julho de 1871, em consequência do aumento no número de matrículas. Essa escola iniciou as atividades com dezessete matriculados e, após quinze dias, já contava com 31 alunos e, ao final do mês, com 107. Sobre a composição do alunado, o Presidente da província relatou: “A frequência, à exceção de um caixeiro, um cozinheiro e um soldado, é toda de operários”. Esse resultado animador o levou a criar mais três escolas noturnas públicas para adultos, sendo uma na freguesia do Pilar, uma na freguesia da Victória e outra na cidade de Santo Amaro, criando também uma “escola primária na casa de prisão com trabalho”⁷⁰

Além das escolas públicas, o Relatório mencionava ainda a existência da aula noturna que funcionava na escola do professor João Jonathas Martins Moscoso, com frequência de mais de 20 alunos. Sobre essa iniciativa, como já havíamos destacado, o entendimento de que ministrar aulas gratuitas para os adultos era um ato de filantropia fez com que o presidente, em nome do Governo mandasse louvar ao professor. No mesmo documento, o presidente relatou, ainda, que havia aceitado o oferecimento do professor particular Cândido Ricardo de Sant’Anna para estabelecer uma escola noturna na freguesia de São Pedro, “dando ele gratuitamente o seu trabalho, casa, mobília e luz”. O presidente anunciou, também, com grande satisfação que existiam na Província mais oito escolas noturnas.

Diferentemente das províncias anteriores, os jornais baianos consultados pouco noticiaram sobre a atuação de associações. Foi possível localizar, em agosto de 1880, a menção ao Grêmio Normalístico que havia fundado uma aula noturna gratuita, divulgada, em evento, perante representantes de diversas associações científicas⁷¹. Essa iniciativa elevava a 25 o número de escolas noturnas, na província baiana, sendo onze criadas pela Administração pública e quatorze por professores particulares.

A década de oitenta do século XIX verificou um movimento crescente de fechamento das escolas noturnas na província da Bahia ocasionado reações contrárias e de estranhamento, em meio à população e à elite letrada daquela província. Essa situação foi amplamente justificada pelo Diretor Geral da Instrução Pública, o Cônego Romualdo Maria de Seixas Barroso, no ano de 1882⁷², em função do esvaziamento das aulas. Ao recordar o entusiasmo que levou o Governo a criar de uma só vez, sete escolas noturnas, no início da década de 1870, o Diretor comentou: “Há muito que se pedia n’ esta Província a criação de escolas noturnas, cuja vantagem ninguém pôde pôr em dúvida”. No entanto, prosseguiu o Diretor: “parecia no primeiro instante que dentro em pouco seria preciso multiplicá-las de modo espantoso, tamanho foi o entusiasmo com que a população desta cidade acolheu a criação das ditas escolas”. Resgatando as palavras de um de seus antecessores que, já em 1876, admitia a redução da frequência às aulas, continuou: “contra toda expectativa não têm elas (escolas noturnas) produzido os benefícios que se tem em mira com essa instituição, porque tem ido

⁷⁰ Relatório com que ao exc. Sr. des. João Antônio de A. F. Henrique, pres. da prov. da Bahia passou a administração da mesma no dia 8 de novembro de 1871, a 1º vice-presidente, exc. Sr. des. João José d’Almeida Couto. *Relatórios da Província*. (Bahia: Tipografia do Correio da Bahia), 8-9.

⁷¹ O Monitor (Anno X, n. 54, Bahia, terça-feira 10/08/1880), 2.

⁷² Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo. Bahia (Província) Presidente (Cunha Paranaguá) *Relatório...* 5 jan. 1882, Ed. 0002 (1) – Inclui anexos. (disponível em: <http://memoria.bn.br/> - consultado em: 13/07/2016).

em diminuição a matrícula e a frequência não corresponde ao número dos matriculados”⁷³, que não excedia a dez alunos em cada escola. Para ele, o esvaziamento advinha da falta de reconhecimento da importância e dos benefícios que a escola poderia oferecer aos “artistas” da província. O Diretor retomou ainda o que havia informado outro de seus antecessores, o Cônego Dr. Emilio Lopes Freire Lobo, que, em 1879, ao tentar compreender esse fenômeno, asseverou: “Quanto aos cursos noturnos não pode haver encontro de opiniões. São uteis, são mesmo indispensáveis. Tem sido, porém entre nós improditivos e, direi, está falseada sua instituição”⁷⁴. O Cônego ainda advertiu:

É incontestável que uma escola de adultos não pode reger-se da mesma forma que uma escola de meninos. Elas exigem um programa especial e um método todo apropriado às condições excepcionais do discípulo adulto. A escola carece de certas disposições particulares que as nossa não tem. E o que aprendem? Ensinam-lhes os professores tudo quando é determinado para o curso primário. E depois? Ainda os mais hábeis mestres nenhum resultado apresentam. É claro. À vista do que fica exposto, que não podiam continuar as escolas noturnas sem passarem por uma transformação⁷⁵.

A inadequação do ensino oferecido ao público adulto foi o principal motivo para o desinteresse e abandono das aulas, na avaliação do Diretor. Finalizando sua avaliação, ratificou suas ações: “correspondendo às intenções altamente civilizadas do Governo da Província, é meu desejo espargir com as mãos largas a instrução popular, mas também é meu dever impedir que essa instrução seja uma mentira”. A justificativa do Cônego Emilio Lopes, nos é bastante surpreendente, pois coloca em cena um debate que durante longos anos, e diríamos ainda não findado, tem mobilizado os estudiosos da educação de adultos na defesa da necessidade de se adequar a escola, os currículos e metodologias, bem como as proposições políticas às especificidades do público adulto.

O processo de escolarização dos adultos na província de Alagoas ganha relevância na medida em que evidencia o impacto do modelo político de administração provincial do Brasil na educação. Isso porque ao Imperador competia a escolha da principal autoridade provincial que ficava a mercê das querelas políticas sendo deslocado de um lado para o outro, na medida das necessidades da Corte. O que os estudos de Mailza da Silva Correia⁷⁶, realizados em 2011, nos mostram, segundo a autora, é consequência direta desse modelo no sistema de educação daquela Província, afetando, por conseguinte as escolas noturnas para os adultos.

A primeira iniciativa pública de criação de escola noturna em Alagoas, data de 1870, quando, por meio da Lei n. 519 de 30 de abril, sancionada pelo então presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior, criou-se uma cadeira de instrução pública primária, do sexo masculino, na capital da província, Maceió. Já pela Lei de n. 627, de 16 de março de 1872, foram criadas escolas noturnas nas cidades de Penedo, Alagoas, São Miguel e Pilar, e nas vilas de Porto Calvo e Passo de Camaragibe⁷⁷. Tal empreendimento revelava as representações construídas em torno da educação, como elemento civilizatório, traduzidas no Relatório do presidente Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, de 1872:

Educar para civilizar: Para que o país seja livre, é preciso que seja obrigatória a instrução primaria. Para que o país seja livre, ou antes, para que conheça os seus direitos e os seus deveres, é preciso que ao menos a massa popular tenha os primeiros rudimentos da instrução pública, que ao menos tenha a instrução primaria. A primeira e mais poderosa condição da prevenção do delito é a instrução popular⁷⁸

⁷³ *Ibidem*, 50

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ *Idem*.

⁷⁶ Mailza da Silva Correia, “A educação popular no Brasil Império: as primeiras iniciativas de escolas noturnas em Alagoas (1870-1889)” (Diss. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL, 2011).

⁷⁷ *Ibidem*, 81.

⁷⁸ *Idem*, 86-87.

Compreendida como princípio de cidadania, a educação assumia também uma missão social preventiva, ideia que permeava os principais discursos da época que, não raro, associavam a pobreza à criminalidade. A escola que subjaz a essas ideias é aquela que garantiria a ordem social numa sociedade cujo regime escravista transformava trabalhadores pobres e analfabetos em criminosos em potencial.

A escola noturna, nesse cenário era, então, considerada indispensável, principalmente em vista da abolição da escravidão que, àquela altura era iminente:

[...] Outra providencia julgo imprescindível que é autorizar-se a criação d'aulas noturna para adultos, e com professores próprios [...] As aulas noturnas por toda parte tem produzido tão benéficos resultados, que dispenso-me d'esclarecer-vos tão importante melhoramento. Elas têm até sido inauguradas com entusiasmo. Com efeito, esta generosa idea virá preencher uma grande lacuna no ensino primário, e principalmente depois da reforma do estado servil.

No ano de 1874, Mailza da Silva Correia⁷⁹ destaca a existência de dezoito escolas noturnas e, em 1880, o registro de apenas quatro aulas noturnas de ensino primário, da Estrada de Ferro de Paulo Afonso, destinada aos operários e aos seus filhos, ou a qualquer indivíduo que quisesse ler e escrever, criadas pelo engenheiro chefe, responsável pela construção da referida estrada de ferro. Já no período de 1881 a 1889, a autora ressalta a ausência de informação nos Relatórios. Há apenas menção à escola da Fábrica de Tecido de Fernão Velho e da União Mercantil, de iniciativa particular.

A inconstância na criação e manutenção das escolas noturnas, na Província de Alagoas, segundo a autora, provocada pela alta rotatividade de presidentes, pode ser dimensionada ao se considerar que, no período de 1870 a 1889⁸⁰, a Província de Alagoas foi administrada por 25 presidentes, sendo que no período inicial de criação das escolas, isto é, de 1870 a 1873, foram três. Ao longo do período Imperial, essa Província foi a que teve o maior número de Presidentes ocupando o cargo, no país: ao todo 61, dos quais apenas dois eram nascidos na província Alagoas, sendo que muitos deles governaram por apenas alguns dias.

Finalizando esse artigo, reafirma-se o investimento crescente que os historiadores da educação têm feito no sentido de conhecer e interpretar as experiências e iniciativas educativas desenvolvidas num período da história brasileira considerado durante longos anos como “vazio” em relação à educação. Há muito a se investigar e a necessidade de aprofundamento dos estudos que vêm sendo realizados, especialmente, no campo da história da educação dos adultos, abre um leque de possibilidades, como pode se verificar neste estudo.

Constatamos a existência de uma gama de projetos destinados ao ensino dos adultos, em especial, do sexo masculino, trabalhadores livres ou cativos que, de forma irregular e intermitente, frequentaram as aulas noturnas promovidas agentes individuais e coletivos, praticamente, em todas as províncias aqui abordadas. Conhecer tais iniciativas, consideradas no contexto do Brasil imperial cujo objetivo primordial da atuação política mais geral era, em consonância com o movimento de expansão da escolarização ocidental, promover a difusão da escola primária para infância, nos permite uma compreensão acerca das características que marcam o campo da educação de adultos, ainda hoje, no Brasil, quais sejam: a atuação voluntária e a boa vontade de pessoas ou de instituições na oferta de oportunidades educativas, marcadas, na maioria da vezes, pela instabilidade

⁷⁹ *Idem.*

⁸⁰ Vale aqui uma observação de que, na maioria dos documentos oficiais, os relatórios dos presidentes e diretores da instrução pública, raras são as vezes em que os dados discriminam as escolas noturnas, o que não significa a sua inexistência. Os jornais têm sido uma fonte importante para obtenção de informações, mas, no caso da Província de Alagoas, os resultados da busca no acervo dos jornais do Oitocentos, da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, foram pífios.

e, principalmente, pela secundarização na pauta dos diferentes governos até o presente momento. Essa marca da escolarização dos adultos – intermitência e voluntariado – tem feito com que, ao longo da história, as ofertas educativas sejam promovidas por meio de campanhas e de projetos assentadas no pressuposto básico de que investindo na escolarização das crianças não haverá necessidade de se alfabetizar os adultos. Esse, provavelmente, seja um dos maiores desafios da educação dos adultos a obstar a oferta de educação de qualidade para esses sujeitos, ainda nos tempos atuais.

No Brasil do Oitocentos, a democratização educacional, principalmente, a que ocorre a partir da segunda metade do século XIX, impulsionada pelas alterações socioeconômicas e políticas em curso, adquire uma grande importância social e política por oportunizar à população marginalizada da cidadania, num contexto social de escravidão e no qual integra a categoria cidadãos uma elite privilegiada, o acesso ao conhecimento e às letras, elementos indispensáveis para um processo de transformação nas relações entre os sujeitos analfabetos, livres ou não livres, e a realidade social de fim de século. Não seria improvável supor que, mais do que ordenar a sociedade brasileira imperial, impedindo o aumento da criminalidade, a escolarização dos adultos, difundida por meio da imprensa periódica e levada a efeito por um insistente grupo de indivíduos, tenha possibilitado a multiplicação dessas ações, individuais ou coletivas, de modo a socializar e compartilhar aqueles rudimentos da leitura e da escrita parcamente aos alunos adultos oferecidos.

